



CAMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Especial destinada a elaborar proposta de Lei Orgânica da Segurança Pública no Brasil. - CESEGPUB

REQUERIMENTO Nº /2015

(Do Sr. Laudio Carvalho)

Solicita que seja realizada audiência pública para atender solicitação dos representantes da Perícia Oficial de Natureza Criminal.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, em data a ser designada por Vossa Excelência, para atender solicitação dos representantes da Perícia Oficial de Natureza Criminal.

Para a realização da audiência, sugiro que sejam convidados, dentre outras autoridades, os seguintes nomes:

- Bruno Telles – Presidente da Associação Brasileira de Criminalística – ABC Celular 61 8114-2606
- André Morisson - Presidente da Associação Nacional de Peritos Criminais Federais – ABC 061 9154 -4460
- Rejane Sena Barcelos – Presidente do Conselho de Dirigentes de Órgãos de Perícia 062 9637 4025
- Erick Seba - Presidente do Conselho de Dirigentes de Polícias Civis 061 3362 4001
- Carlos Eduardo Benito Jorge - Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia do Brasil 061 3226-1356
- Marcos Leôncio Ribeiro - Presidente da Associação dos Delegados de Polícia Federal - 061 3221-7071



CAMARA DOS DEPUTADOS

- Wilson Ribeiro - Sindicato dos Peritos Criminais de Mina Gerais
- Walney José de Almeida – Presidente da Associação Criminalística da Polícia Civil - MG

JUSTIFICAÇÃO

O requerimento tem por objetivo atender uma requisição dos representantes da Perícia Oficial de Natureza Criminal para exporem sua participação e necessidade de modernização na Segurança Pública do Brasil.

Atualmente existem 18 estados onde a perícia está desvinculada da estrutura das polícias civis. A ONU já apontou em dois relatórios distintos a necessidade de separar os dois órgãos, de modo a garantir a isenção das provas produzidas pelo estado.

A Anistia Internacional considera a autonomia da perícia como um dos doze passos para o Brasil extinguir a tortura. Essa diretriz foi a segunda mais votada na Conferência Nacional de Segurança Pública e também consta no Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH3.

Atualmente, a desvinculação das perícias das estruturas das polícias civis é considerada um dos pilares de modernização da segurança pública, como o intuito de aumentar a efetividade das investigações produzidas pelo estado e diminuir a sensação de impunidade da população brasileira.

Esta audiência pode evitar que a comissão aprove pareceres que contenham normativos que retrocedam a evolução de produção da prova material no Brasil.

Sala das sessões, em 05 de agosto 2015

Deputado **Laudivio Carvalho**
PMDB/MG